

Projeto de Lei n.º /2002

(Do Sr. Valdemar Costa Neto)

Altera Lei Federal n.º 9.099/95, que dispõe sobre Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 3º da Lei Federal n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art.3º ...

I - as causas cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo.”

Art. 2º Ficará acrescentado o inciso V ao art. 3º da Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995, assim redigido:

“Art.3º ...

V - as ações ajuizadas contra a Fazenda Pública estadual ou municipal, excetuando-se:

- a) as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;**
- b) sobre bens imóveis do Estado, Município, autarquias e fundações públicas estaduais e municipais;**
- c) para a anulação ou cancelamento de ato administrativo estadual ou municipal, salvo o de lançamento fiscal;**
- d) que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.”**

Art. 3º O inciso II do § 1º e o § 2º do Art. 3º passarão a ter a seguinte redação:

“Art.3º ...

§ 1º ...

II – dos títulos executivos extrajudiciais, no valor até sessenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública quando não for ré, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que cunho patrimonial.”

Art. 4º O *Caput* do art. 8º da Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995, passará a ser assim redigido

“Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, a massa falida e o insolvente civil, permitindo-se às pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas estaduais ou municipais figurarem como rés.”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Com a entrada em vigor da Lei Federal nº 10.259, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre a *Instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal*, em atendimento ao disposto no art. 98, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; a existência de disposições conflitantes entre a Lei Federal nº 10.259, de 12 de julho de 2001, e a Lei Federal nº

9099, de 26 de setembro de 1995, notadamente, no referente ao valor, em salários mínimos, atribuído às causas de menor complexidade, merece correção e equiparação.

Considerando, também, o atendimento ao princípio constitucional de amplo acesso ao Poder Judiciário, bem como os princípios da economia e celeridade processual, além da possibilidade de desafogamento da Justiça, com a sensível diminuição de recursos aos Tribunais Superiores, nas causas de menor complexidade.

E ainda considerando a desnecessidade de expedição de precatórios judiciais para o pagamento, pela Fazenda Pública, de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado proferidas nas causas de menor complexidade, nos termos do que determina o parágrafo terceiro, do art. 100, da Constituição da República Federativa do Brasil, dessa forma, dando celeridade ao processo judicial, bem como agilizando o pagamento ao cidadão que recorreu à Justiça;

E considerando, por fim, ainda, o disposto no Art. 6º, da Lei Federal nº 10.259, de 12 de julho de 2001, que permite à União, autarquias, fundações e empresas públicas federais figurarem como rés nos processos que tramitam perante o Juizado Especial Federal Cível, vimos propor o presente Projeto de Lei com vistas a dar uma resposta efetiva ao acima exposto.

A modificação do valor de quarenta salários mínimos, anteriormente previsto na Lei nº 9099, de 26 de setembro de 1995, para sessenta salários mínimos, conforme determina a Lei Federal nº 10.259, de 12 de julho de 2001, além de simplificar a exigência dessas pretensões, facilitando o acesso à Justiça, desafogará os Tribunais superiores, levando-se em conta que o recurso das sentenças proferidas pelo juizado especial é julgado dentro de seu próprio âmbito, por uma turma recursal composta por três juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do juizado, nos termos do art. 41, e seu parágrafo primeiro, da Lei nº 9099, de 26 de setembro de 1995.

Ademais, a tramitação dos feitos e as decisões serão mais rápidas, já que o rito no juizado especial é informal.

De outra parte, o limite imposto pelo art. 9º, da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para que a parte possa provocar a jurisdição dos juizados especiais, sem a assistência de advogado, ainda se refere às causas cujo valor não seja superior a vinte salários mínimos.

Quando à inclusão das ações contra a Fazenda Pública, dentro do valor de sessenta salários mínimos, mantida a exclusão contida na Lei Federal nº 10.259, de 12 de julho de 2001, facilitará, sem dúvida, o acesso ao Poder Judiciário, além do desafogamento da Justiça, diminuindo o número de ações nas varas convencionais da Fazenda Pública e nas varas comuns onde estas não existem, ampliando, assim, o acesso à Justiça para pessoas que até então não tinham como bater às suas portas, além da possibilidade do recebimento, pelo cidadão, do que lhe é devido sem a necessidade de expedição de precatório, dando-se assim, coerência entre a Lei Federal nº 10.259, de 12 de julho de 2001 e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no seu art. 100, parágrafo terceiro, com a redação determinada pela Emenda Constitucional nº 30, de 13.9.2000.

Pelo exposto peço o apoio dos Nobres Pares do Congresso Nacional para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 2002

Deputado Valdemar Costa Neto
(PL - SP)